

CULTURA E IDENTIDADE: A RESSIGNIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO DA ILHA DO BORORÉ

Jorge Bassani

Flavia Massimetti

Marla Rodrigues

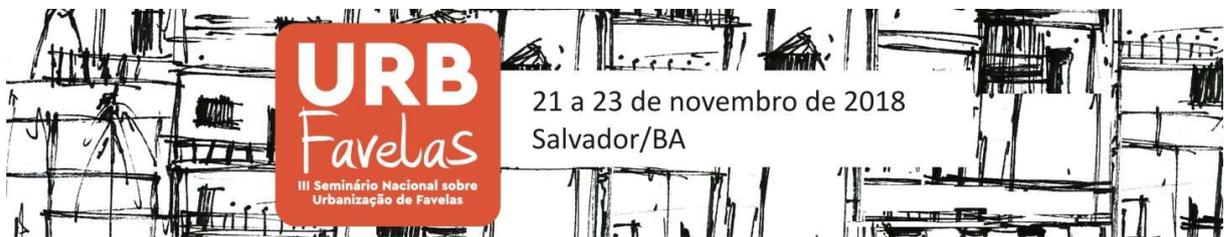
(GeMAP – FAU.USP)

RESUMO:

Considerando-se a produção capitalista das cidades brasileiras, que segue a lógica mercadológica, associada ao Poder Público insuficiente que responde mais às demandas do mercado que às necessidades dos habitantes, cria-se um cenário de urgência para se repensar formas diferentes de fazer cidade e fazer política. Nesse contexto, a população tem se apropriado desses mecanismos e encontrado formas alternativas para lutar por seu espaço, especialmente em regiões periféricas. Na pluralidade de situações encontradas nas periferias, observa-se que um elemento em comum é a cultura encarada como ferramenta de transformação socioespacial. Sob essa perspectiva, coletivos culturais têm ganhado força na discussão sobre novas formas de produção do espaço. Junto a isso, ocorre a transformação da imagem periférica, geralmente remetida à altos índices de violência e precariedade. Nesse processo, o mais importante é que o movimento comece pelos moradores e atores daquele território, resultando em uma imagem que eles se apropriam, uma vez que se identificam. Para ilustrar a análise, será abordado o caso da Ilha do Bororé, no extremo sul da cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Periferia. Coletivos urbanos. Ilha do Bororé.

ST – 5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos



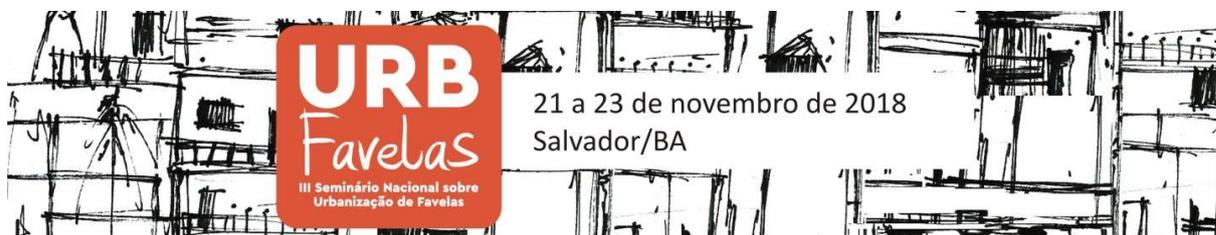
1 INTRODUÇÃO

A cidade é um produto social, fruto da atividade humana naquele determinado espaço. Ela se estrutura a partir de elementos como mobilidade e moradia, que associados deveriam resultar em uma cidade articulada e funcional para seus habitantes. No entanto, é preciso ressaltar que vivemos em um sistema capitalista periférico, caracterizado por grandes disparidades de rendas e pautado na desigualdade social (OLIVEIRA, 2003). Nesse modelo de cidade no qual a segregação socioeconômica é visível, muitas vezes, os interesses do mercado acabam se sobrepondo às necessidades e aos desejos dos usuários. Como consequência, cria-se uma espécie de cidadania condicionada à posição social da população. Quem tem dinheiro tem acesso à cidade, consegue se instalar em regiões bem localizadas, com boa oferta de equipamentos e transporte. Quem não tem, afasta-se cada vez mais dessa infraestrutura indo para regiões periféricas. Essa prática fortalece a segregação, marginalização e exclusão da população de baixa renda no ambiente urbano, fortalecendo a urgência de se reivindicar o direito à cidade.

O direito à cidade é o direito à vida urbana. É o direito de participar da tomada de decisões, de discutir a produção do espaço. Ele não se limita ao que já existe, mas reivindica o poder de mudar a cidade seguindo os desejos e necessidades dos habitantes (LEFEBVRE, 1996). Nessa discussão, será adotada uma perspectiva analítica pautada na luta de classes¹. Sob esse viés, o direito à cidade pode ser caracterizado como a busca por uma cidade mais inclusiva, democrática e participativa. Segundo autores como Lefebvre (2008) e Harvey (2014), esse processo ocorre por meio da luta social e política, quando se sobrepõe o valor de uso da cidade ao valor de troca. Isso pode ocorrer de diferentes maneiras, porém é interessante observar uma mudança na forma de fazer cidade e fazer política, especialmente após às manifestações de junho de 2013.

A partir de iniciativas pautadas no protagonismo cidadão, a população procurou se reorganizar de formas diferentes visando uma participação mais direta na política. Dessa forma, ela se tornou um agente ativo na criação de mecanismos que contribuem na construção política

¹ Como levantado no parágrafo anterior, existe uma relação direta entre a produção do espaço e a distribuição de renda, fomentando a importância de abordar esse olhar na análise. A discussão é aprofundada em Harvey (2005).

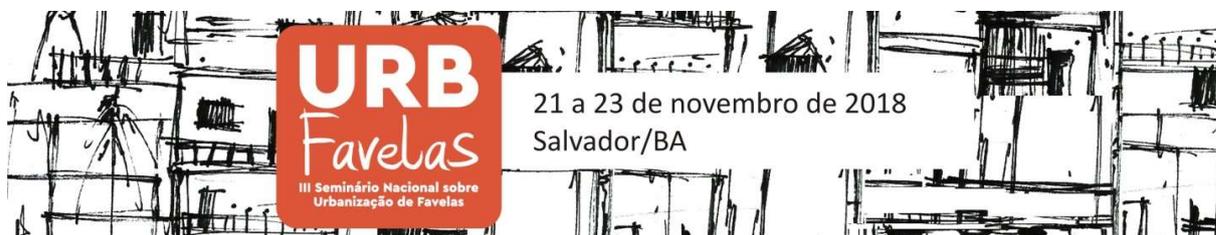


de uma cidade mais horizontal. Nesse processo de “reorganização social”, os coletivos urbanos desempenham importante papel. De maneira geral, os coletivos se organizam horizontalmente, estruturam-se a partir de um propósito comum dos participantes e atuam de forma mais descentralizada, flexível e criativa, repensando criticamente a produção do espaço urbano. Vale ressaltar que a discussão sobre coletivos está em voga e, justamente por isso, precisa-se de um recorte e de um olhar crítico sobre as diferentes organizações e atuações, evitando a banalização do debate. Por exemplo, pensando em grupos que tenham o território como um elemento central no desenvolvimento de suas atividades, pode-se destacar grupos que discutam a cidade a partir de intervenções artísticas, como teatro e dança, e outros que tragam elementos do urbanismo tático. Há ainda grupos feministas e ligados a movimentos negros que fazem outro recorte do tema (MASSIMETTI, 2016, p. 45).

Vários fatores contribuem para essa diversificação de propostas, pensamentos e posicionamentos, tais como localização, vivência, gênero, raça, identidade e orientação sexual e poder aquisitivo das pessoas que integram os coletivos. Sob essa perspectiva, evidencia-se as diferenças entre a produção e reivindicação de espaços em regiões centrais e periféricas das cidades brasileiras. Essas diferenças não se resumem ao uso do espaço, mas correspondem ao seu valor simbólico também. Para explanar essa ideia, pode-se utilizar o exemplo do espaço público nessas duas localidades. Ao se apropriar de um espaço central, cria-se a imagem que aquele território pertence à cidade como um todo e, por consequência, pertence a todos que o utilizam, como no caso da Praça Roosevelt² em São Paulo. Essa apropriação reforça a ideia de inclusão daquele território e de seus usuários nas dinâmicas urbanas – se isso de fato acontece é um outro debate. Por isso, a reivindicação desse espaço público no centro se torna mais ampla e carrega um caráter ideológico que ultrapassa o espaço físico em si, visto que não necessariamente se trata da única opção da região. Nesse cenário, permitir sua livre utilização significa fortalecer seu aspecto democrático e participativo (MASSIMETTI, 2016, p. 64).

Por outro lado, o espaço público na periferia assume um significado diferente. Na maioria dos casos ele corresponde à rua. O ato de ocupá-la pode ser interpretado de diferentes formas,

² A Praça Roosevelt se localiza no centro da cidade, entre as avenidas da Consolação e Ipiranga. É conhecida pela presença de diferentes grupos locais de teatro e skatistas de diversas regiões da cidade.

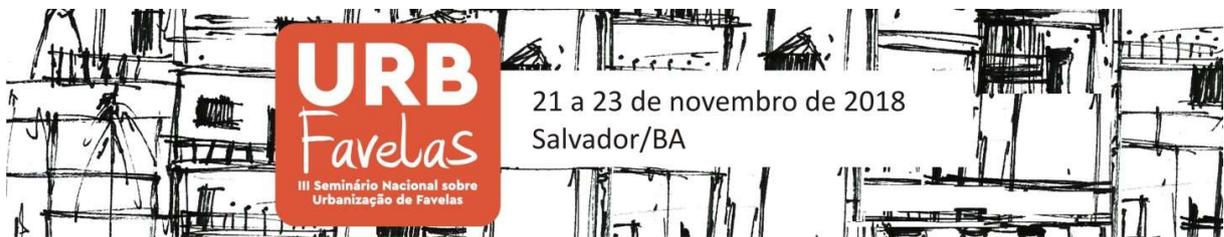


como resistência, resposta à insuficiência do Poder Público ou revisão de preconceitos. Apesar dessa ação ter um simbolismo forte como no centro, seu impacto é local e afetará as dinâmicas daquela região, e não da cidade. A rua como espaço público periférico é estigmatizada como um lugar perigoso que deve ser evitado, principalmente à noite. Quem a utiliza nesse período pode ser acusado de *estar fazendo algo errado*, enquanto a mesma situação em um bairro de classe média pode significar apenas que as pessoas *estão se divertindo*. Logo, a reivindicação, a apropriação e a produção desse espaço na periferia é uma maneira de resistir ao modelo de cidade que exclui, segrega e marginaliza (MASSIMETTI, 2016, p. 65).

A partir desses exemplos, as diferenças entre centro e periferia são evidenciadas e reforçadas. Não apenas o alcance e influência de suas atividades divergem, como as necessidades de cada realidade e as estratégias para superar os problemas. Nesse ponto, aumenta a importância de coletivos urbanos que atuem como instrumentos de transformação comunitária considerando o território em suas ações. Junto à sociedade, eles contribuem para o processo de apropriação do espaço, fomentando também discussões acerca da identidade e pertencimento. Esse entendimento do sujeito no território é fundamental para a produção de um espaço urbano inclusivo, especialmente na periferia. Afinal, esse é um caminho para a ressignificação da imagem (estereotipada) de periferia, muitas vezes associada apenas à violência e ao desabastecimento. Para aprofundar e ilustrar como essa relação entre diferentes atores pode contribuir para a construção de um novo olhar *pela e para* a periferia, será analisado o caso do extremo sul da cidade de São Paulo, focando no desenvolvimento de projetos na Ilha do Bororé.

2 UM TERRITÓRIO À MARGEM: O EXTREMO SUL DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo é a mais populosa do país, com população estimada em 12.106.920 habitantes, distribuídos em 1.521 km². A cidade também apresenta o maior PIB, R\$ 650,5 bilhões, contribuindo com 10,9% do índice nacional (IBGE, 2017). Porém, o tamanho do PIB não significa necessariamente riqueza, visto o tamanho da população e a concentração de renda que aumentam as diferenças socioeconômicas. São Paulo é um território heterogêneo, com grandes discrepâncias sociais, econômicas, culturais e paisagísticas. Mesmo considerando

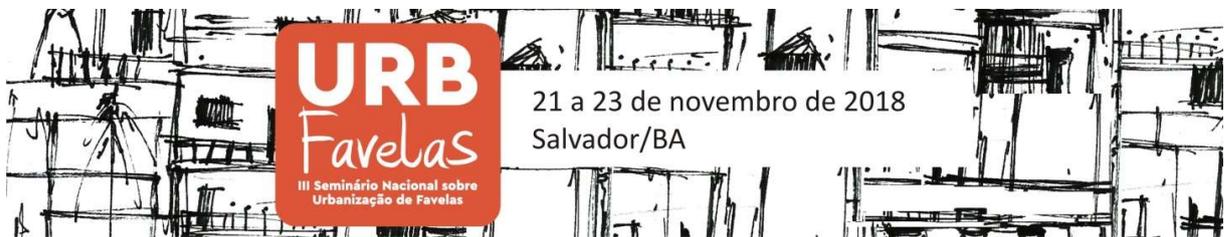


as divisões administrativas, como regiões e distritos, não é possível estabelecer uma imagem única. Para os objetivos deste artigo, serão abordados aspectos apenas da zona sul da cidade.

A zona sul ocupa aproximadamente 49% do território do município (PMSP, 2017). Analisando-se os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) por distrito (PNUD; FJP; IPEA, 2013), observa-se que a região engloba o mais elevado (Moema – 0,981) e o mais baixo (Marsilac – 0,701) da cidade. Dessa forma, é possível dividi-la em diversas outras áreas, seguindo diferentes aspectos para o agrupamento. Estes não precisam se restringir à questão socioeconômica, podem considerar outros fatores, como cultura e meio ambiente, além da posição geográfica. Sob essa perspectiva, configura-se uma outra região: o extremo sul de São Paulo, composto pelas Subprefeituras da Capela do Socorro e Parelheiros.

Diferente de outros extremos periféricos da cidade, frequentemente associados a uma malha urbana densa e autoconstruída, a região sul apresenta complexidades específicas decorrentes da forte presença da natureza e dos mananciais Billings e Guarapiranga. É nesta área que começa a transição entre o urbano e o rural em São Paulo. Devido a essas características, as discussões sobre o conflito socioambiental e o crescimento da cidade ganharam força. Notou-se a importância de trazer o debate não apenas para a região, mas para toda a Região Metropolitana de São Paulo. Afinal, em teoria, não se trata de uma área desassociada; ela sofre os impactos das demais dinâmicas urbanas e vice-versa. Dessa forma, com o intuito de preservar a biodiversidade local, o patrimônio histórico, a presença de aldeias Guarani e incentivar a produção da agricultura (em boa parte orgânica), a Prefeitura de São Paulo, junto a outros atores do Poder Público e da sociedade civil, desenvolveu o projeto do Polo de Ecoturismo de São Paulo³.

³ O Polo de Ecoturismo de São Paulo foi criado por meio da lei nº 15.953, de 7 de janeiro de 2014. “Assim, as atividades de ecoturismo da região passaram a ser normatizadas e a área começou a ser alvo de incentivos e benefícios fiscais, a fim de estimular o seu desenvolvimento econômico e social.” Mais informações podem ser encontradas em: <http://www.cidadedesaopaulo.com/ecoturismo/?lang=pt>. No entanto, as discussões sobre as riquezas e áreas de preservação da região começaram anteriormente. Em 2012, foi divulgado o guia de “Ecoturismo e Agroecologia no Extremo Sul de São Paulo”, disponível em: http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/images/pdf/roteirostematicos/guia_site.pdf.



É preciso lembrar que, mesmo com características tão específicas, o extremo sul continua sendo uma região periférica, que enfrenta problemas com a falta de infraestrutura, equipamentos, transporte e emprego. O que muda em relação a outras regiões é a relevância da questão socioambiental. Para aprofundar essa análise, será considerado o caso da Ilha do Bororé, um dos quase 90 bairros do distrito do Grajaú, Subprefeitura da Capela do Socorro.

Mapa 1: Localização do distrito do Grajaú, no município de São Paulo.



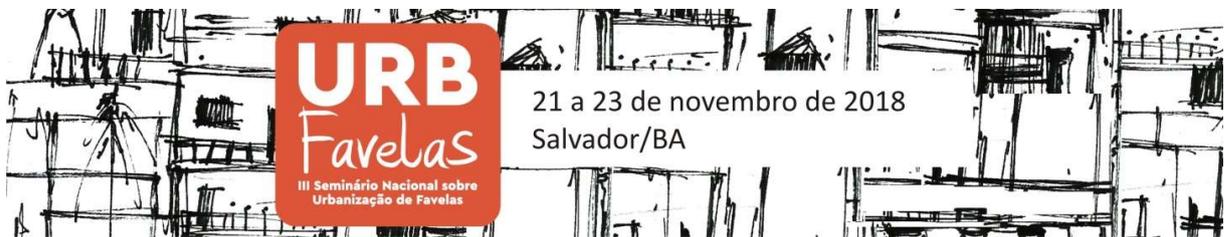
Fonte: MASSIMETTI, 2016, p. 72.

Mapa 2: Localização da Ilha do Bororé, no distrito do Grajaú.



Fonte: MASSIMETTI, 2016, p. 73.

A Ilha do Bororé faz parte da Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia, criada pela Lei 14.162/06, com o objetivo de promover a proteção dos recursos hídricos, da diversidade biológica e do patrimônio histórico da região, além de melhorar a qualidade de vida da população residente. A APA está localizada a cerca de 32 quilômetros do centro de São Paulo, tendo seu território dividido entre as Subprefeituras da Capela do Socorro e de Parelheiros. Nela se encontram inúmeras nascentes, córregos e ribeirões que contribuem para a



formação dos mananciais e recursos hídricos correspondentes a 30% do abastecimento da RMSP. Apesar do nome de ilha, o bairro do Bororé é uma península na Represa Billings, tendo seu principal acesso pela Primeira Balsa – Balsa Bororé (que integra o sistema de três balsas controlado pela EMAE).

Analisando-se os dados oficiais fornecidos pela PMSP (MASSIMETTI, 2016), observa-se a precariedade quanto a oferta de infraestrutura na região. Em relação ao transporte público, existe uma única linha de ônibus circular que faz o trajeto Terminal Grajaú – Segunda Balsa; trata-se de um micro-ônibus que atravessa a Primeira Balsa e passa apenas na via principal na Ilha a cada meia hora. Segundo relatos de moradores, alguns precisam caminhar até quarenta minutos para chegar ao ponto de ônibus mais próximo. Em vários trechos não há calçadas, fazendo com que pedestres e veículos dividam o leito carroçável. Apesar do território se localizar em região de mananciais, não há ligação da Sabesp; o abastecimento de água é feito por poços artesianos, e o esgoto direcionado a fossas sépticas. Quanto aos equipamentos, existe uma escola estadual, uma creche e uma Unidade Básica de Saúde (UBS). Além disso, o trecho sul do Rodoanel cruza a Ilha do Bororé em cima da unidade de conservação.

Imagem 1: Vista aérea do Parque Natural Municipal do Bororé, com destaque para o trecho sul do Rodoanel cruzando a Represa Billings.

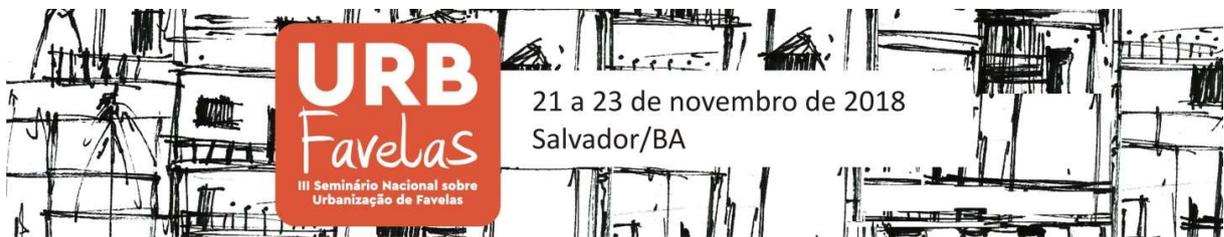


Fonte: José Cordeiro/SPTuris.

Imagem 2: Vista aérea da Ilha do Bororé, mostrando a Estrada de Itaquaquecetuba, embaixo, e a chegada da Primeira Balsa – Balsa Bororé, à esquerda.



Fonte: Felipe Spina/SPTuris.



Visando complementar esse levantamento oficial, em 2016 foi desenvolvida uma atividade de cartografia social com alunos da Escola Estadual Professor Adrião Bernardes, a única do bairro. Na ocasião, foi feito o mapeamento dos locais que eles utilizavam e os que eles gostariam que tivessem. A questão da precariedade e da falta de assistência do Poder Público permeou o discurso da maioria. Ressaltaram o uso da rua como espaço público, a falta de comércios e serviços – quando necessário, é preciso atravessar a balsa –, a presença da mata que acarreta no surgimento de animais silvestres nas casas, e o transporte pela balsa que, ao mesmo tempo em que permite a conexão, atua como uma barreira física e simbólica.

Imagem 3: A ausência de calçadas obriga a circulação pela via.



Fonte: Acervo GeMAP, 2016.

Imagem 4: Chegada da Segunda Balsa – Balsa Taquacetuba.



Fonte: Acervo GeMAP, 2016.

Duas frases chamaram muita atenção durante a atividade. A primeira foi *‘aquí também é São Paulo!’*. Ao atravessar a Represa Billings na balsa e chegar à Ilha do Bororé, um dos primeiros pensamentos é que nem parece ser São Paulo. Associar a paisagem predominantemente verde à imagem edificada e cinza da cidade não parece óbvio. Porém, isso não é um elogio. *Não parecer São Paulo* apenas reforça e perpetua a segregação do território com o restante da cidade. A segunda frase foi *‘como a gente chama periferia, a gente não é importante.’*. No pensamento dos alunos – crianças e adolescentes, de 6 a 17 anos –, a desigualdade era decorrência da nomenclatura. O *centro* é o lugar onde tem infraestrutura e recebe atenção, mas a *periferia* não é importante. Se eles também fossem chamados de *centro*, tudo estaria resolvido, e aquele território também passaria a receber intervenções.

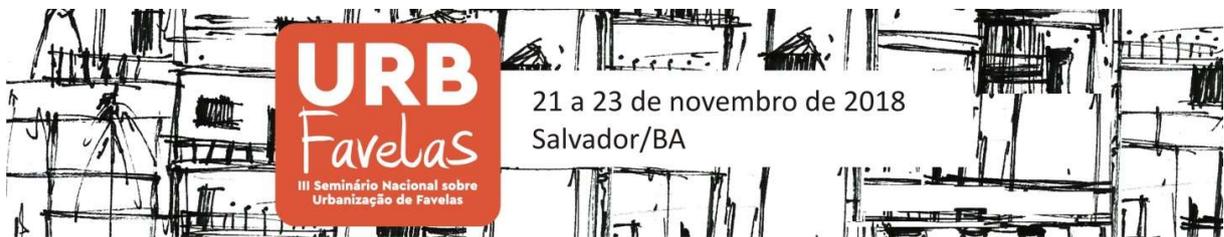


Somando-se o olhar obtido a partir dos dados ao olhar pelas vivências, constrói-se a imagem de um território excluído das dinâmicas urbanas do restante da cidade. Algo que chamou atenção na fala dos moradores é que esse sentimento de segregação não se aplica apenas à relação da Ilha do Bororé com o restante de São Paulo, mas do Bororé com os outros bairros do Grajaú. Eles se sentem esquecidos por todos que habitam o *outro lado* da balsa. Trata-se, portanto, do extremo do extremo sul. Esse caso apenas confirma não ser possível tratar a periferia como uma massa única. Cada território tem suas especificidades e as imagens construídas muitas vezes não condizem com a visão de quem o vivencia. Mais do que a simples revisão dessa imagem, é interessante que essa reconstrução seja feita por quem tem mais repertório para isso: os próprios moradores. Nesse processo, os coletivos urbanos se tornam importantes agentes na ressignificação do território, e a cultura, um caminho para colocá-lo no mapa da cidade.

3 COLETIVOS URBANOS: A CULTURA NO GRAJAÚ

Por muito tempo o distrito do Grajaú teve sua imagem atrelada à violência. Segundo um estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz em parceria com a PMSP (2006), o distrito apresentava o quinto maior percentual de crescimento populacional anual da cidade, tendo a grande maioria da população composta por crianças, adolescentes e jovens de até 29 anos (59,63%), sendo 28,71% jovens entre 15 e 29 anos. O distrito também ocupava a quinta posição do ranking dos 19 distritos com maior vulnerabilidade juvenil do município de São Paulo. Isso significava que cerca de um quarto da população do Grajaú era composta por jovens em fase de formação, com condições precárias de desenvolvimento e pouco investimento voltado para eles. Era preciso uma atenção direcionada que reforçasse programas de inclusão e participação, principalmente no que tangia a educação complementar, a capacitação técnica e a geração de renda e trabalho, para que os jovens pudessem ter alternativas às opções oferecidas pela criminalidade.

A falta de políticas públicas integradas e de oportunidades cria um ambiente propício para o aumento da insegurança e dos índices de violência na região. Esse cenário não afeta apenas o cotidiano da população, como também cria uma imagem negativa que impacta as relações estabelecidas entre os moradores do Grajaú e de outras áreas da cidade, como por exemplo, na

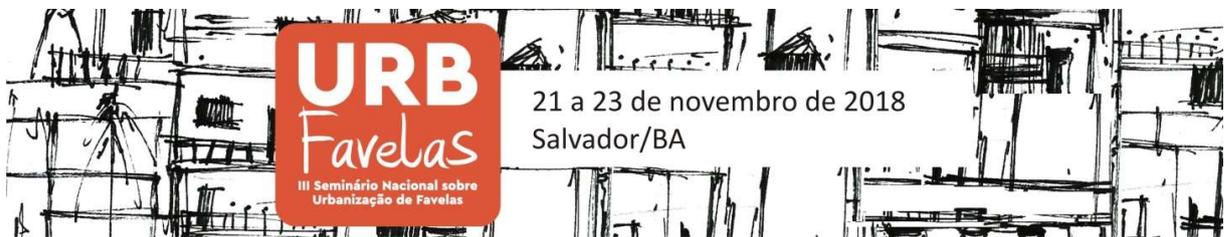


busca por emprego. Não é raro moradores omitirem o bairro de onde vêm, ou empresas desclassificá-los de processos seletivos por conta dessa informação. De acordo com alguns relatos, não se menciona Grajaú no currículo, e sim, Interlagos ou Santo Amaro, por terem uma imagem menos negativa:

[...] práticas segregacionistas presentes na maioria das metrópoles mostraram-se como forças brutais no confinamento das juventudes pobres, moradoras de bairros ligados socialmente a contextos de violência. Os efeitos imediatos da segregação podem ser percebidos no fato de jovens assimilados ao perfil ‘morador de bairro violento’ serem reiteradamente preteridos quando pleiteiam ingresso em instituições de trabalho, além de serem alvo, em outras instituições, de discriminação, desconfiança e temor ao revelarem seus locais de residência. (SANTOS apud RODRIGUES, 2016, p. 40).

Pensando nesse cenário enfrentado pelos jovens, observa-se o papel desempenhado pela cultura na ampliação das possibilidades e oportunidades para a juventude. Graças à atuação de diversos grupos culturais do Grajaú, a região antes associada apenas à violência, há alguns anos é reconhecida como um importante polo cultural da cidade. O Grajaú se tornou sinônimo de efervescência cultural. A partir disso, discutir o significado de cultura periférica é reconhecer a diversidade identitária da população e renovar o discurso sobre essas áreas, superando a imagem estereotipada. Como dito anteriormente, a melhor forma para isso é ouvir os moradores e os agentes que atuam no território, pois nesse processo possibilita-se novas formas de compreensão do espaço e dos sujeitos periféricos. Além disso, por meio da atuação desses grupos, até o entendimento do termo *periférico* é transformado. Dessa forma, é essencial que a ressignificação da imagem da periferia ocorra junto com sua transformação (RODRIGUES, 2016, p. 21).

A partir do levantamento de atividades e grupos culturais realizado por Rodrigues (2016), nota-se que o exercício da coletividade é um elemento em comum nas manifestações culturais da periferia. As atividades têm um caráter crítico, seja para discutir a inserção do sujeito no espaço em que vive, seja para trabalhar a preservação ambiental, estabelecendo vínculos afetivos com as pessoas e o território. Para além de seu papel político, a cultura desperta novos olhares e constrói novas perspectivas sobre o território. E os caminhos para isso são diversos



como pode ser visto na forma em que cada grupo atua. Para ilustrar esses exemplos, separou-se alguns casos mostrados no levantamento citado:

Ateliê DAKI: a ideia do Ateliê surgiu quando os artistas Ricardo Negro, Harry Borges, Ayco, Recássio Silva, Gelson Salvador, Will Mangraff e Dimas, se uniram em busca de um lugar onde pudessem produzir arte e convidar as pessoas para conhecer seus trabalhos. O ateliê abriga exposições, oficinas, debates e saraus, dentre outras ações, abrindo espaço para que outros artistas da região possam expor seus trabalhos e trocar experiências.

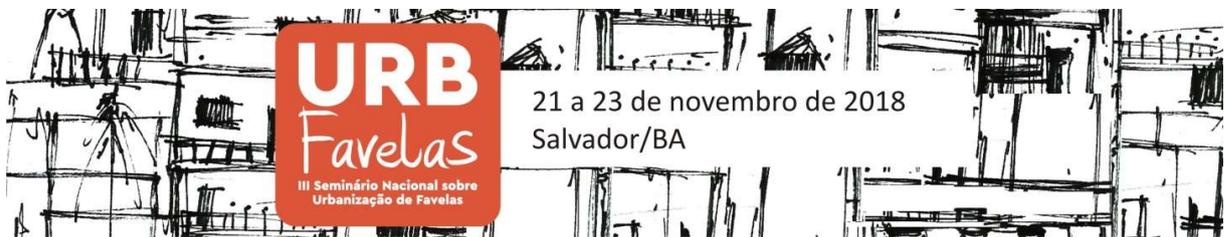
Circo Escola Grajaú: tem como objetivo oferecer proteção social básica a crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade de seus direitos fundamentais, por meio do desenvolvimento de oficinas culturais de arte, corpo e movimento, cultura popular e artes circenses para toda a comunidade.

Galpão Cultural Humbalada - Cia. Humbalada de Teatro: grupo formado por artistas que têm a comédia como forma de expressão. A Cia. tem feito diversos projetos de pesquisa que questionam nossas estruturas sociais para a composição de peças teatrais. A Cia. Humbalada está no Galpão Cultural Humbalada, gerido pelo próprio grupo. Além das apresentações teatrais, o galpão abriga encontros de estudo sobre sexualidade e gênero.

Meninos da Billings - Projeto Remada na Quebrada: espaço que ensina práticas náuticas, como canoagem, educação ambiental e resgate da identidade local, pelo projeto Remada na Quebrada. Também aplica reforço escolar em matemática, física, história e sociologia. A ideia é desenvolver a educação por meio da temática náutica.

OsRetirante: projeto de resgate cultural, histórico e social que utiliza a linguagem poética para reviver a saga do povo nordestino na sua jornada de construção e povoamento do território brasileiro.

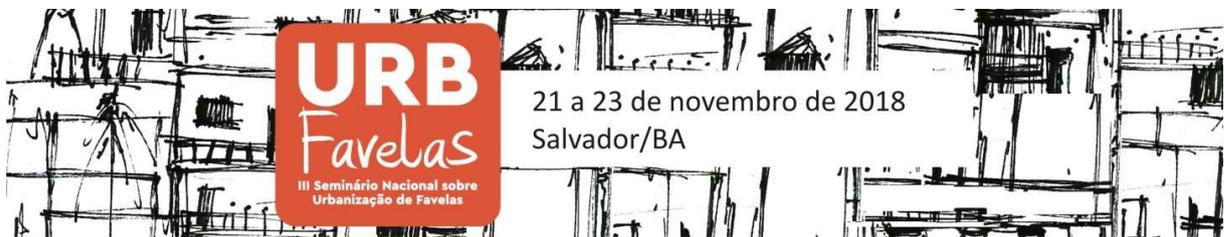
Periferia em Movimento: coletivo de comunicação sobre, para e a partir das periferias composto por jornalistas do extremo sul de São Paulo. O coletivo produz e dissemina conteúdo cultural e social na “quebrada”, por meio de um site de notícias, publicações e formações que ocorrem em diversos espaços, especialmente da zona sul, onde estão localizados.



São apenas alguns exemplos dos diversos coletivos que atuam no Grajaú e colocam no centro da discussão *o que é periferia*. Muitas vezes, o que se entende por *cultura periférica* está condicionado às construções históricas e midiáticas, que podem ser equivocadas e generalistas. Seja por meio do teatro, da dança, da pintura, do circo, do grafite, da questão ambiental, da história, da comunicação, o território é ressignificado, em um movimento que parte dos próprios moradores e usuários de lá. Consequentemente, as pessoas passam a se identificar durante o processo e, ao final, se apropriam do território por se reconhecerem nele. Essa mudança na forma de pensar é fundamental para transformar a produção do espaço urbano.

Pensando na Ilha do Bororé, apresentada anteriormente, nota-se como a atuação de coletivos culturais pode revisar a imagem de precariedade do lugar. Próximo à Primeira Balsa, situa-se a Casa Ecoativa, uma iniciativa criada por moradores da região, em uma casa abandonada em um terreno pertencente à EMAE. O projeto tem a finalidade de promover agroecologia e permacultura, atividades culturais e desenvolver a comunidade através da preservação da biodiversidade local. O projeto realiza oficinas, saraus, mutirões de plantio entre outras atividades para crianças, jovens e adultos interessados em ampliar o desenvolvimento da região. Sua atuação visa o reconhecimento da relevância cultural e ecológica do território, a partir do trabalho de formação e construção compartilhada de conhecimento. O grupo é um importante articulador, realizando trabalhos em conjunto com diversos coletivos e instituições, tanto na região do Grajaú, como no restante da cidade de São Paulo.

Uma das parcerias da Casa Ecoativa é com a E.E. Prof. Adrião Bernardes, a única escola do bairro do Bororé. Ao longo dos anos, a Casa se tornou uma extensão da escola, onde os alunos desenvolvem juntos diversas atividades. É uma forma de complementar o ensino dado em sala de aula, além de instigar desde a infância um olhar diferente sobre o espaço em que vivem e as possibilidades de intervir nele. Essa relação é importante uma vez que as escolas se caracterizam como agentes do território que apresentam um grande potencial transformador. Na Ilha do Bororé, outros atores têm se juntado ao coletivo e à escola nessa discussão do que significa estar *nesta* periferia, como é o caso dos funcionários da UBS e da equipe gestora da APA Bororé-Colônia e do Parque Natural Municipal do Bororé. Observa-se, então, como a atuação conjunta e em rede de diferentes agentes permite repensar coletivamente diversos aspectos do território. Como resultado, nota-se que o processo de produção do espaço se torna



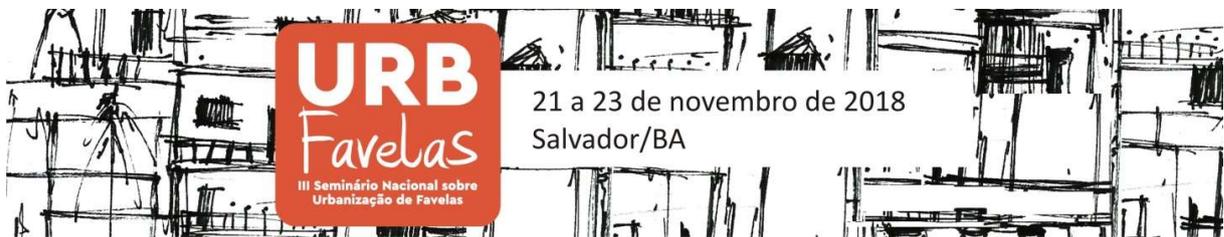
mais inclusivo e próximo às demandas reais do local, fortalecendo a nova imagem do território que se constrói a partir disso.

4 O PAPEL DA UNIVERSIDADE: O TRABALHO COLETIVO ENTRE DIFERENTES ATORES

Como visto, os agentes culturais são essenciais no processo de produção do espaço na periferia e de ressignificação de sua imagem. Pode-se ainda inserir outro ator nessa discussão, a universidade. Partindo-se da atuação da Casa Ecoativa junto à E.E. Prof. Adrião Bernardes, está sendo desenvolvido o projeto de extensão universitária *Revisitando o território: novas percepções sobre o Grajaú*, realizado com apoio do Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

O projeto se insere nas atividades do Grupo de Estudos Mapografias Urbanas (GeMAP), atuante há cinco anos e alocado na FAUUSP. A edição no Grajaú teve início em agosto de 2017, como uma continuação de dois Trabalhos Finais de Graduação (TFG). Um dos objetivos do projeto era o aprofundamento da discussão iniciada em 2016, com o debate sobre o território periférico e suas complexidades. Entendeu-se que a melhor maneira da universidade se inserir nessa discussão desenvolvendo um trabalho coletivo e participativo seria através de um projeto de extensão. Partiu-se da ideia da construção afetiva do conhecimento, baseada em atividades em que os alunos fizessem reflexões sobre o lugar onde vivem a partir de seus próprios saberes e vivências. Como metodologia, foi proposta a construção de diferentes cartografias do território – uma contracartografia – e a renovação do olhar dos jovens sobre o espaço onde vivem. Da mesma forma, propôs-se aos alunos universitários a renovação e o questionamento dos conceitos trazidos da academia.

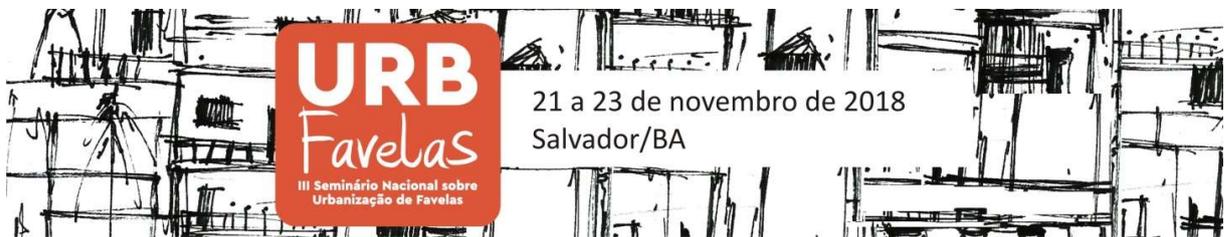
A extensão universitária não é um ato de bondade ou caridade. Não se pode esvaziar o caráter político de seus projetos. Precisa-se reforçar a imagem da extensão como uma ação política e como um espaço privilegiado para se estabelecer a interação entre comunidade e universidade, tendo em vista uma prática inclusiva, democrática e crítica. (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017). Muitas vezes ao longo do curso, estudantes e professores não conseguem atuar próximos à sociedade com demandas reais, e a extensão se torna o espaço para essa



prática. A proposta é agir conjuntamente, em uma ação dialógica. Não se deve replicar ideias “prontas” do corpo técnico, ou atuar como algo “improvisado” para quem não pode acessar esses serviços. Nos projetos de extensão, o aprendizado é uma via de mão dupla; como dizia Paulo Freire (2016), aprende-se ensinando, e ao aprender também se ensina. Logo, em um projeto de extensão, o processo é mais importante que o produto. E como processo, a extensão é um meio para se desenvolver a formação de um sujeito autônomo e crítico, permitindo a junção dos saberes técnicos e vividos.

Sob essa perspectiva que o projeto tem sido desenvolvido. Para sua melhor compreensão, pode-se analisá-lo em cinco etapas. A primeira delas se refere ao processo de aproximação com os diferentes atores – no caso, a E.E. Prof. Adrião Bernardes e a Casa Ecoativa. É preciso ficar claro que se trata de uma parceria e não um estudo de caso, com sujeitos e objetos distantes. Todos os participantes devem se sentir confortáveis com a situação, afinal se trata da vida e realidade das pessoas. Por isso, a relação precisa se pautar na confiança mútua, que começa a ser trabalhada nesta fase.

A segunda etapa corresponde à apresentação da proposta e à construção coletiva do trabalho. Havia o interesse por parte do grupo de extensionistas e da escola de que os produtos resultantes das atividades fossem incorporados ao seu Projeto Político-Pedagógico. Por isso, a estrutura e roteiro das atividades, o cronograma e a escolha dos alunos participantes foram pensados em grupo junto aos professores e coordenadores. O terceiro momento se trata do desenvolvimento das atividades com os estudantes – 25 alunos do Ensino Médio. Foi definido coletivamente que os encontros se dariam em forma de oficinas, realizadas semanalmente na escola e na Casa Ecoativa. Cada uma abordou uma temática diferente: Geografia, Antropologia, Etnografia e Patrimônio socioambiental-cultural. Durante as atividades, foram realizadas discussões sobre a inserção daquele território no restante da cidade, seus pontos positivos e negativos, lugares de afeto e constrangimento – e o que isso significava socialmente –, identidade, memória, patrimônio, chegando, de forma orgânica e natural, à discussão de direito à cidade.



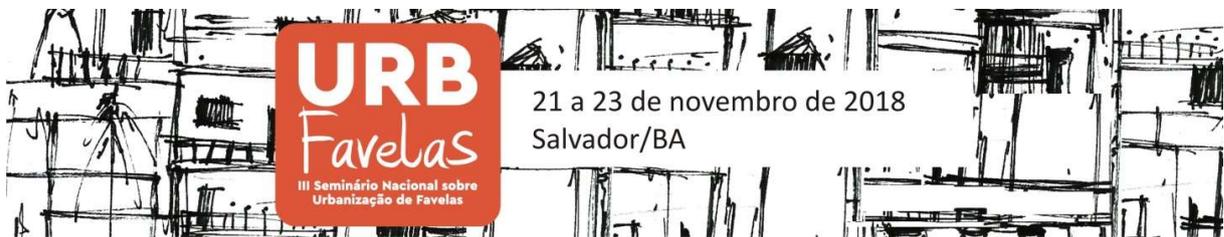
Imagens 5, 6, 7 e 8: Desenvolvimento das oficinas semanais com os alunos da E.E. Prof. Adrião Bernardes, com participação dos professores, Casa Ecoativa e equipe da UBS local.



Fonte: GeMAP - Extensão Grajaú, 2018.

A quarta fase é a finalização do projeto e a revisão de todo o processo. Nesta etapa se reflete sobre a atividade e as questões e propostas que surgiram durante seu desenvolvimento. Ela é muito importante para entender a atividade como algo inserido em um contexto maior. A quinta e última etapa é pensar nos futuros desdobramentos do projeto. Ao longo dos meses, a parceria entre universidade e comunidade se fortaleceu, os diferentes atores se apropriaram do projeto e demonstraram interesse em desenvolver outras ações que tenham como objetivo a ressignificação do território da Ilha do Bororé – tanto para seus moradores como para o restante da cidade.

Apesar de projetos de extensão universitária serem um caminho para a construção coletiva junto à comunidade, fortalecendo a troca de saberes técnicos e vividos, frequentemente eles são colocados em segundo plano no meio acadêmico. Diz-se que as universidades



brasileiras se sustentam no tripé ensino-pesquisa-extensão, mas em muitos casos a extensão se torna tudo que não se encaixa em ensino ou pesquisa. No entanto, as universidades podem e devem desempenhar um grande papel na produção do espaço urbano, mas para isso, é preciso repensar as formas de atuação. Sendo assim, torna-se fundamental trazer a discussão sobre projetos de extensão, entendendo seu significado e alcance dentro e fora do meio acadêmico. E como consequência, entender como a universidade pode contribuir na luta pela construção de uma outra imagem periférica.

REFERÊNCIAS

BASSANI, J. (Org.). **PDP – Mapografias**. São Paulo: FAUUSP, 2012. 182 p.

D’OTTAVIANO, Camila; ROVATI, João. Os territórios da extensão universitária. In: _____ (Org.). **Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional**. São Paulo: FAUUSP, 2017. cap. 1, p. 14-24.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários às práticas educativas**. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 144 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 252 p.

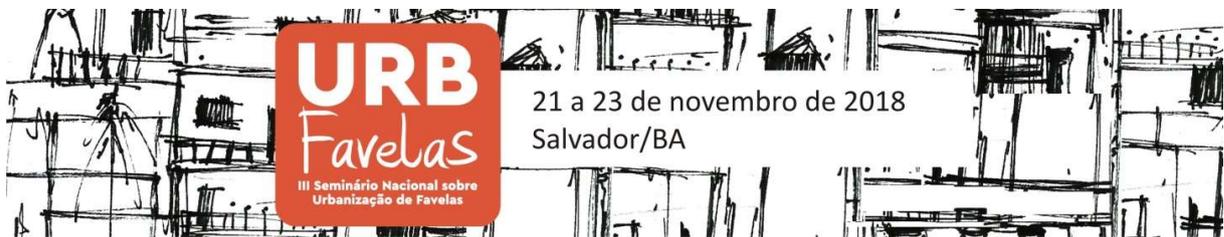
_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda., 2014. 296 p.

IBGE. **Estatísticas por cidade**: São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>>. Acesso em: 20 junho 2018.

INSTITUTO SOU DA PAZ; PMSP. **Projeto São Paulo em paz: diagnóstico da situação de violência, distrito do Grajaú**. São Paulo, 2006, 63 p. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/diagn_stico_graja_2006.pdf>. Acesso em: 25 junho 2018.

LEFEBVRE, H. **Writing on cities**. Oxford : Blackwell, 1996. 260 p.

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008. 143 p.



MASSIMETTI, F. T. (A) **margem da cidade: o extremo sul de São Paulo**. 2016. 150 f. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003. 150p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. PMSP. **Dados demográficos dos distritos pertencentes às Prefeituras Regionais**, 2017. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/subprefeituras/dados_demograficos/index.php?p=12758>.

Acesso em: 21 junho 2018.

PNUD; FJP; IPEA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 20 junho 2018.

RODRIGUES, M. F. dos S. **Grajaú: cartografias e identidade**. Mapeamento dos movimentos culturais do Grajaú e proposta de oficinas de cartografia coletiva. 2016. 165 f. Trabalho Final de Graduação – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2016.